



TRABALHO DIGNO

Um mundo melhor começa aqui



Organização
Internacional
do Trabalho

A fórmula do progresso: educação para meninas e meninos

INFÂNCIA DIGNA E TRABALHO INFANTIL

A infância é uma fase vulnerável nos ciclos de vida de mulheres e homens. Considerando os cuidados que as crianças precisam - desde a saúde e alimentação à educação - a infância pode ser o maior desafio, especialmente nas áreas pobres rurais ou urbanas¹. Há a constatação universal e a visão partilhada internacionalmente que a educação para todos é a chave do desenvolvimento. Para os cerca de 218 milhões de crianças envolvidas no trabalho infantil, o acesso à educação de qualidade é o segredo para uma vida melhor. Reconhecemos que o aumento do número de crianças a entrar para a escola primária é promissor.

Este número aumentou de 647 milhões para 688 milhões em todo o mundo entre 1999 e 2005, aumentando em 36% na África Subsaariana e 22% no Sul e Oeste da Ásia². Assim, o número de crianças sem escolaridade baixou de 96 milhões em 1999 para 72 milhões em 2005, com um decréscimo particularmente marcado depois de 2002³. Contudo, um dos maiores obstáculos a uma infância digna - seja do ponto de vista físico ou intelectual - é o de ter de trabalhar. Os pais vivendo na pobreza enfrentam muitas vezes a escolha entre educar os seus filhos ou mandá-los trabalhar de forma a ajudar a família. Noutros casos, o acesso à educação representa ele próprio um desafio. As crianças podem ter que andar a pé grandes distâncias para ir à escola. Podem receber uma educação de fraca qualidade, com instalações inadequadas, com poucas ou nenhuma condições de higiene e falta de materiais de estudo. Os professores e as professoras podem não ter apoio, formação ou receber remuneração adequada. E as propinas, livros escolares e uniformes podem ter preços proibitivos.

Nalgumas partes do mundo, a situação é ainda mais preocupante. Em regiões de conflito ou pós conflito a educação pode simplesmente não existir. Ou então as crianças têm de dividir o seu tempo entre a escola e o trabalho. As matrículas da escola não coincidem necessariamente com as presenças na mesma. Nas áreas rurais, por exemplo, os ciclos das sementeiras e das colheitas, podem ditar a altura em que as crianças têm de trabalhar, muitas vezes em condições perigosas. Se estas crianças têm aulas, os seus estudos sofrem inevitavelmente e algumas desistem da escola. Nas áreas urbanas, onde quase metade da população mundial vive, as crianças, quando não se encontram na escola, são mais suscetíveis de se envolverem em atividades perigosas e ilegais.



Criança a pedir esmola em Varsóvia, Polónia.

¹ De acordo com o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio de 2007, as previsões de 2005 indicavam que mais de 10 milhões de crianças morriam antes do seu quinto aniversário, a maior parte por causas previsíveis.

² 2008 Education for All Global Monitoring Report, UNESCO and Oxford University Press, pág. 1

³ Ibid. p. 49



GÉNERO E EDUCAÇÃO



Escola primária em coperação com IPEC, Sialkot, Paquistão.

Metade das crianças do mundo são meninas. São mais vulneráveis do que os meninos. Apesar do crescente reconhecimento internacional de que a educação das meninas é uma das mais poderosas ferramentas para o progresso, elas são vítimas de discriminação quando se trata da educação. O Relatório de Monitorização Global da Educação para Todos (EPT) de 2007 indicava que dos 72 milhões das crianças que abandonaram a escola primária, 44 milhões são meninas. Na educação, privilegiar os meninos em relação às meninas não faz sentido. Estudos empíricos dum grupo de países mostram que educar as meninas é uma das mais efetivas formas de combater a pobreza. Falhar na educação das meninas custa aos países em desenvolvimento 92 biliões de dólares americanos por ano⁴. A sua educação é uma garantia de melhores rendimentos quando adultas, de se casarem mais tarde, de terem menos filhos e

mais saudáveis, e maior poder de decisão em casa. E sobretudo, elas asseguram que as suas próprias crianças vão à escola evitando, assim, no futuro o trabalho infantil.

Especialistas realçaram que educando as meninas se prepara o caminho para maiores mudanças nas famílias, nas sociedades e nos locais de trabalho. Inúmeros estudos, também, demonstram forte relação entre o aumento do acesso à educação para as meninas e o aumento do PIB. Em geral, mais meninas na escola, representa uma maior performance educacional para todos. Então porque é que o número de meninas na escola é inferior ao dos meninos em muitas regiões do mundo?

As relações de género determinam o desenvolvimento dos meninos e meninas de várias formas. Nalgumas culturas que favorecem sobretudo os meninos, são praticados abortos seletivos e o infanticídio de crianças do sexo feminino. Alimentação e cuidados básicos de saúde podem ser negados às meninas nos grupos mais pobres da sociedade. Isto é confirmado pelas estatísticas indicando “o desaparecimento” de meninas na China, Sul da Ásia e Norte de África⁵.

Quando as famílias têm recursos limitados, elas sentem que têm de escolher entre educar os seus filhos ou filhas. As decisões podem não ser baseadas nas aptidões naturais, competências ou nos níveis de motivação dos meninos ou meninas. As antigas tradições patriarcais, interpretações religiosas, os modelos dos papéis de género existentes baseados na superioridade masculina e as leis de sucessão e o trabalho invisível das mulheres podem pesar na justificação para a escolha da educação dos meninos.

A desigualdade nas relações de género impulsiona um ciclo vicioso de desinvestimento nas meninas de geração para geração, começando nas fases mais jovens das suas vidas e que continua através dos seus ciclos de vida. Hoje, mais de dois terços dos 860 milhões de analfabetos no mundo são mulheres. As meninas representam uma grande parte do trabalho doméstico não pago nas suas famílias, incluindo cuidados com as crianças, cozinhar, limpezas e abastecimento de água ou combustível⁶. Em comunidades pobres pressupõe-se que todas as meninas contribuam para o rendimento familiar. Se as meninas frequentarem a escola, o precioso tempo para estudar é escasso. Elas também podem ser incitadas a trabalhar como empregadas domésticas ou para outras formas de trabalho, mesmo o tráfico de seres humanos e a prostituição⁷.

Estes papéis predeterminados de género, também podem não beneficiar necessariamente os meninos jovens e até os podem atingir. Desde tenra idade podem sentir um pesado fardo a desempenhar academicamente – talvez além das suas capacidades – de forma a manter vivas as expectativas de sucesso das suas famílias. Os meninos repetem mais os anos e abandonam a escola mais precocemente do que as meninas e a situação causa cada vez maior preocupação⁸. De acordo com a UNICEF, o abandono escolar e a entrada no trabalho é quatro vezes superior no caso dos meninos pobres do Chile por comparação com as meninas⁹. Os meninos acabam muitas vezes por desenvolver trabalhos mais penosos, insalubres e perigosos depois de abandonarem a escola.

O primeiro passo para a igualdade de resultados é a paridade de género, ou a igualdade de participação de ambos os sexos nos diferentes níveis de educação. A paridade de género na escolaridade básica foi alcançada em 118 países, mas muitos

⁴ Ver www.plan-international.org/news/girlseducation

⁵ No início dos anos 90, Amartya Sen, laureado com o Prémio Nobel, despertou o interesse internacional sobre o número de meninas e mulheres desaparecidas. Na China, por exemplo a relação de nascimentos entre meninos e meninas é de 1.18 para 1, em oposição à norma de 1.03 -1.07 to 1. Newsweek, 17 de março de 2008, pag. 28.

⁶ Ainda é difícil reconhecer a carga adicional desempenhada pelas meninas nas tarefas domésticas, as quais não são fáceis de contar, e por isso ainda não integradas nas análises dos dados do trabalho infantil. A OIT está atualmente a investigar metodologias para recolher as tarefas domésticas desempenhadas pelas meninas e meninos nos seus próprios lares.

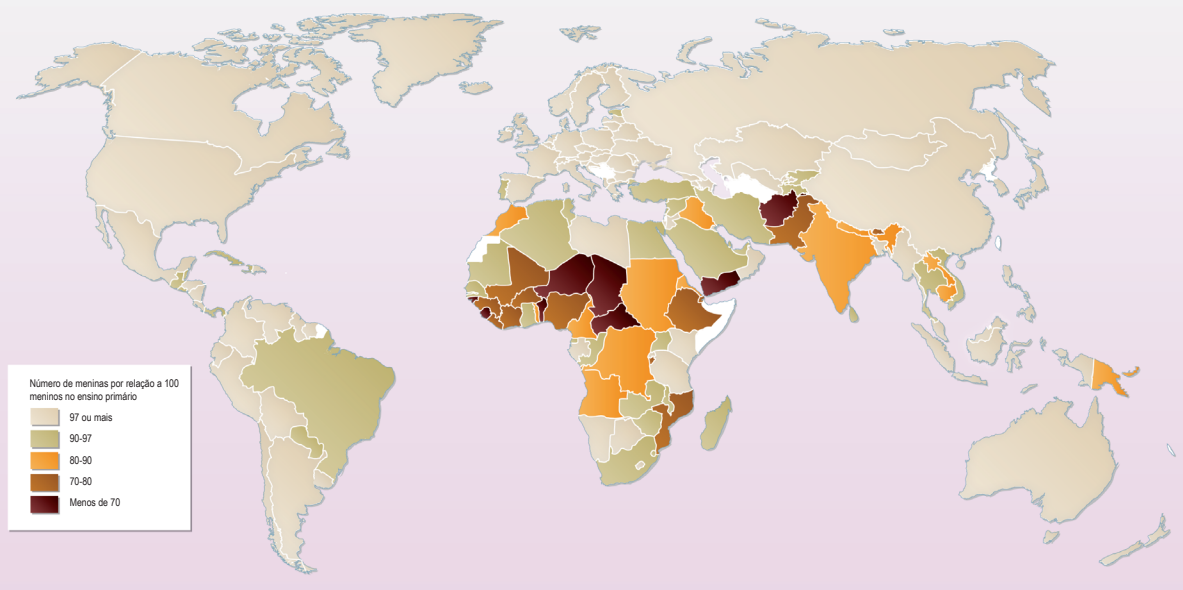
⁷ Duma estimativa de 8,4 milhões de meninas e meninos nas piores formas de trabalho infantil em 2002, pensa-se que 1,2 milhões de crianças foram traficadas. As crianças são traficadas em situações de trabalho forçado e de escravatura, peditários organizados de escolas, trabalho nas plantações (maioritariamente meninos) e exploração sexual (maioritariamente meninas).

⁸ 2008, Education for all Global Monitoring Report, op.cit., pag. 84.

⁹ Ibid., pag. 84.



A igualdade de género e o empoderamento das mulheres:
eliminar as desigualdades de género no ensino.



Nota: O indicador é "Relação entre o total de matrículas de meninas e o total de matrículas de meninos" (indicador 9). Para os países sem valores em 2001 foi-lhes atribuído os valores disponíveis do ano mais recente. Fonte: Base de dados da ONU sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (UNESCO). <http://unstats.un.org/unsd/mi/> (Acedido em agosto de 2005)

desses países tiveram durante décadas um ensino obrigatório gratuito e regulamentado. Somente um terço dos países refere a paridade, na escolaridade básica e secundária em 2005, e apenas três deles a alcançaram na totalidade desde 1999. Mas enquanto todos os países se tinham comprometido a eliminar as disparidades de género no ensino básico e secundário até 2005, de acordo com o Relatório de Monitorização Global da EPT de 2008, 54 países falharam o objetivo 4. Apesar disto o ODM 2 para atingir o grau de ensino básico teve um impacto positivo nas meninas que saíram do mercado de trabalho – pago ou não pago – para entrarem na escola. A abolição das propinas escolares num número de países contribuiu para a eliminação dos diferenciais de género *gaps* de género. No Quénia e Tanzânia, as matrículas aumentaram respetivamente 18% e 23%, incluindo as novas inscrições de meninas. Ainda assim, a paridade de género não é o mesmo que igualdade de género, que requer iguais resultados para mulheres e homens.

As desigualdades resultam de relações de poder diferentes entre mulheres e homens, e por este motivo a avaliação dos progressos da igualdade de género precisam de estabelecer se as mudanças alcançadas alteram significativamente estas relações. De acordo com o relatório da EPT, os manuais apresentam muitas vezes papéis profissionais estereotipados. Nalguns países, os homens dominam nas profissões comerciais, enquanto que nenhuma mulher trabalha nessas profissões. Os professores também perpetuam muitas vezes o enviesamento de género, seguindo os exemplos dos manuais. Os professores e as professoras rurais no Quénia, Malawi e Ruanda têm baixas expectativas em relação às estudantes e dão mais atenção aos meninos. A educação lança as sementes da igualdade de género levando à igualdade de oportunidades de emprego nas profissões onde não existe segregação em função do sexo. Falhar nesta questão influenciará as futuras orientações para o empoderamento e emprego das mulheres.

SISTEMAS DE INCENTIVOS PARA A EDUCAÇÃO DAS MENINAS

Há muitas barreiras no acesso das meninas à escola. Um fraco entendimento das situações de trabalho infantil também pode levar a fracas intervenções do ponto de vista do género, mesmo com a melhor das intenções. Nalguns casos, por exemplo, as meninas não foram tidas em consideração quando foram lançados projetos de trabalho infantil para distritos mineiros. Os programas de apoio à contratação de meninos para as minas acabaram por ignorar as meninas envolvidas em trabalhos de risco nas e à volta das minas. Em resultado, as meninas perderam os benefícios e os mecanismos de apoio propostos para determinados projetos¹⁰.

Foram desenvolvidos vários sistemas de apoio nas comunidades pobres para incentivar a educação das meninas. , nos quais se incluem: donativos em dinheiro para ajudar as mães a manterem as crianças na escola e fora do mercado de trabalho, bolsas de estudo, salários para professores e professoras, produtos alimentares para os pais, programas alimentares nas escolas, livros escolares e uniformes gratuitos, campos para preparar os jovens no regresso à escola e programas para atrair as meninas. Em algumas comunidades, centros subsidiados para cuidar de crianças perto das escolas aliviaram a carga das meninas nos cuidados aos irmãos, e noutras, foram

¹⁰ GENDER/IPEC, ILO, Girls in mining: Research from Ghana, Niger, Peru and United Republic of Tanzania, Geneva, 2007.

organizados cursos de competências para a vida para permitir que mães jovens adolescentes continuem a aceder à educação.

Este tipo de incentivos podem ser utilizados isoladamente, ou quando combinados podem ter um impacto ainda maior no aumento das inscrições e manutenção das meninas na escola e na redução do trabalho infantil

O POTENCIAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS DE DINHEIRO

Os programas de transferência condicionada de dinheiro (PCTD) atribuem habitualmente uma certa quantia de dinheiro às famílias pobres com uma certa regularidade na condição de que os beneficiários cumpram com algumas obrigações destinadas ao desenvolvimento humano, tais como enviar as suas crianças à escola ou participando em programas de saúde, nutrição e informação. Iniciados no Brasil e México, nos meados dos anos 90, os programas CTD estão muito difundidos na América Latina onde quase todos os países beneficiam de tais esquemas^a.

Até agora, as avaliações do impacto têm mostrado que os PCTD são eficazes no aumento substancial da frequência escolar e dos serviços de saúde pelos elementos dos agregados familiares, e a experiência sugere um enorme potencial para preencher as lacunas de género dando às famílias incentivos financeiros para investir no futuro das meninas. Por exemplo, o programa Oportunidades do México paga transferências significativas de dinheiro às mães para as matrículas das meninas enquanto o programa de subsídios na Escola Secundária Feminina no Bangladesh dá dinheiro diretamente às meninas, na condição de se maticularem na escola secundária e se manterem solteiras até aos 18 anos. No Camboja e Paquistão, os programas escolares dão subsídios em dinheiro às famílias para inscreverem as suas filhas na escola secundária^b. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil (Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil), ou "PETI", permanece como o único exemplo dum programa PCTD mais amplo num mundo onde o objetivo mais desejado é reduzir o trabalho infantil. Está agora a ser gradualmente incorporado no programa nacional CCTD Bolsa Família.

^a IPEC Actions Against Child Labour 2006-2007: Progress and future priorities, ILO, Geneva, pag. 81

^b Sinha, Nistha, Poverty Reduction and Economic Management Network (PREM) consultado no sítio internet do Banco Mundial: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTGENDER>

A OIT E AS PARCERIAS



Alunos duma escola local a ler livros comprados pela OIT, Mollehuaca, Peru.

Os empregadores desempenham um papel fundamental a vários níveis no combate ao trabalho infantil. No local de trabalho, podem recusar contratar uma criança ou, se já existir trabalho infantil, podem retirar a criança com a garantia de que isso é feito duma forma responsável. Ao nível político, os empregadores e as organizações de empregadores podem fazer *lobby* nos sistemas de formação e educação tanto para meninas como para meninos. O Departamento da OIT para as Atividades dos Empregadores tem a decorrer um programa de cooperação técnica sobre questões de género, com o patrocínio do Governo Norueguês, com o objetivo de capacitar os empregadores e suas organizações para o combate ao trabalho infantil¹¹.

As organizações de trabalhadores têm, também, um papel importante no combate ao trabalho infantil a nível local, nacional e internacional. Com intervenções adequadas, os sindicatos podem tornar-se advogados credíveis na proteção das crianças contra a exploração e o abuso. Eles promovem o direito dos trabalhadores a uma remuneração justa, reduzindo ao mesmo tempo a dependência das famílias pobres do trabalho dos seus filhos. Adicionalmente às negociações em favor dos seus membros adultos, as organizações dos trabalhadores podem-se mobilizar para garantir que as crianças estão na escola, e não no local de trabalho. O Departamento da OIT para as Atividades dos Trabalhadores tem, também, organizado programas de cooperação técnica para intensificar os esforços das organizações dos trabalhadores na luta contra o trabalho infantil, e tem igualmente dado atenção à dimensão de género¹².

A OIT tem trabalhado sistematicamente sobre as questões da igualdade entre homens e mulheres principalmente através

¹¹ Ver www.ilo.org/public/english/dialogue/actemp/projects/index.htm

¹² Ver www.ilo.org/public/english/dialogue/actrav/genact/child/part1_a/intro1.htm



do seu Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (OIT-IPEC), com o apoio do *Bureau* da OIT para a Igualdade de Género. Através de investigação, cooperação técnica e política de informação o Programa OIT-IPEC tem vindo a orientar, os constituintes da OIT, para o desenvolvimento de estratégias sensíveis às questões de género e estratégias para a educação como parte das políticas de combate ao trabalho infantil. As boas práticas dos projetos IPEC mostram que as medidas para o desenvolvimento das competências, formação profissional e educação sensíveis à dimensão de género, juntamente com as medidas para melhorar a auto – confiança das meninas e mães é muito efetiva no combate ao trabalho infantil. O dia 12 de junho de 2008, com a comemoração do Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil deu oportunidade à OIT de sensibilizar os seus muitos parceiros internacionais para a educação. A OIT é um dos membros fundadores da *Task Force* Global contra o Trabalho Infantil e Educação para Todos (TFG), que tem no topo da sua agenda a igualdade de género. A parceria no Comité de Especialistas OIT/UNESCO para a Aplicação das Recomendações relativas a Profissionais do Ensino (CEART) tem estado ativa na promoção das professoras. A OIT está a desenvolver esforços para encorajar a educação das meninas através do trabalho da Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas (UNGEI).

A educação não formal pode ser, também, uma importante contribuição na preparação das crianças para se dedicarem à escola ou adquirirem competências importantes para a vida. Pode tomar a forma de programas de “equivalência” e de assistência provisória, como aqueles promovidos e documentados pela UNGEI. Noutros casos, os programas foram desenvolvidos para melhorar as competências no apoio aos meios de subsistência e segurança alimentar. A FAO, um parceiro da OIT no combate ao trabalho infantil na agricultura, promove Campos de Jovens Agricultores e Escola Viva (JFFLS)^{NT}, especialmente dirigido a crianças órfãs com VIH/sida e a meninas. Até à data, mais de 10 000 meninas e meninos no sul e leste de África adquiriram novas competências na agricultura, criação de rendimento, nutrição correta, valor das plantas medicinais, saúde e higiene, biodiversidade e conservação dos recursos naturais.



©Por cortesia de: UNGEI

TESTEMUNHOS VIVOS¹³

Com treze anos, Suriah deixou a sua aldeia na Indonésia e foi para Jacarta como trabalhadora doméstica, determinada a ajudar a sua família a sobreviver. Todos os dias - das 5h da manhã às 1h da noite - Suriah trabalhava. Ela acordava antes do sol nascer e preparava o pequeno-almoço, levava as crianças à escola e regressava às intermináveis tarefas domésticas. Depois de jantar, a noite era um eco cansado da sua rotina matinal. Lavava a loiça e garantia que as crianças se deitavam a horas. Quando a roupa estava seca, passava-a a ferro e arrumava-a. Já noite dentro só tinha forças para se deitar na cama. Suriah regressou à sua aldeia depois de alguns anos, inscreveu-se na escola e frequentou aulas não formais do secundário para jovens. Suriah experimentou algumas das condições que fazem do trabalho doméstico infantil uma das piores formas de trabalho infantil. Muitas vezes, estas condições incluem, horas de trabalho excessivas, nenhum tempo ou dia de descanso, nenhuma ou uma reduzida remuneração, exposição a riscos em termos de segurança e saúde; abuso e exploração; trabalhos forçados, ou tráfico¹⁴.

QUE MEDIDAS PODEM SER TOMADAS?

Muitas ações já foram tomadas para combater efetivamente o trabalho infantil e promover a educação para todas as crianças, mas muito ainda está por fazer. Em razão do estatuto social inferior das meninas e mulheres na maioria das sociedades e da discriminação direta e indireta, por que passam, são recomendadas medidas especiais, para facilitar o acesso à educação das meninas, nos planos, políticas e programas nacionais.

Outras medidas que podem ser tomadas:

- Ratificando e implementando as Convenções da OIT (nº.138) sobre a idade mínima para o emprego e (nº. 182) no combate às piores formas de trabalho infantil e assegurando que as ações nacionais, no combate ao trabalho infantil e suas piores formas, também incluem as meninas;

¹³ A Ásia de Leste e a Região do Pacífico UNGEI, “Towards Equal Opportunities for All: Empowering Girls through Partnerships in Education,” Bangkok, 2007, p. 81-82.

¹⁴ A OIT estima que haja mais meninas menores de 16 anos nos serviços domésticos do que em outras atividades laborais ou em trabalho infantil; esta modalidade de trabalho faz parte daquelas de predominância feminina mais invisível. Um número excessivo de crianças trabalha nos serviços domésticos (nove em cada dez são meninas) em casa de terceiros, para além de um sem número de outros, sobretudo meninas que trabalham na sua própria casa. Estas crianças começam a trabalhar no serviço doméstico desde muito cedo, a maioria entre os 12 e os 14 anos de idade, mas alguns só têm entre 5 a 7 anos (Helping Hands or Shackled Lives: Understanding Child Domestic Labour and Responses to it, ILO Geneva, 2004). Do acrónimo inglês Junior Farmer Field and Life Schools

A IGUALDADE DE GÊNERO NO CORAÇÃO DO TRABALHO DIGNO

- Providenciando um quadro mais alargado de igualdade — ratificando e implementando as Convenções fundamentais da OIT como a Convenção (nº. 111) sobre a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Profissão, Convenção (nº.100) sobre a Igualdade de Remuneração, Convenção (nº.156) sobre Trabalhadores com Responsabilidades Familiares e Convenção (nº.183) sobre a Proteção da Maternidade;
- Encorajando os governos a trabalhar com as organizações de empregadores e trabalhadores na luta contra o trabalho infantil;
- Reconhecendo as barreiras à educação das meninas através de políticas e de planos de educação com os devidos recursos;
- Desenvolvendo estratégias de criação de emprego e de receitas para os pais, realçando os benefícios da educação das meninas para toda a família. O aumento dos rendimentos das mães mostrou ter um grande impacto na colocação das crianças na escola, mais ainda do que aumentando as receitas dos pais;
- Disponibilidade, preços acessíveis e qualidade dos serviços de guarda de crianças para aliviar a pressão sobre os pais que são obrigados a levar consigo as crianças para o trabalho ou a delegarem os cuidados com as crianças a meninas, irmãs mais velhas. A existência de serviços de guarda de crianças também reduz a procura de crianças para trabalho doméstico;
- Propondo às meninas adolescentes programas de educação de qualidade, formal e não formal, incluindo formação profissional, dar-lhes-á mais autonomia e maiores oportunidades de trabalho digno na idade adulta;
- Suprimir os estereótipos de género na educação, pois levam por um lado, a comportamentos que nunca são postos em questão, e por outro lado, a discriminação no emprego e a trabalho não pago para as mulheres, e proceder a análises de género e reformas nos programas educativos;
- Encorajando as meninas a estudar assuntos que têm maior procura e que proporcionarão melhor remuneração no mercado de trabalho;
- Propondo que as profissões maioritariamente femininas e masculinas sejam avaliadas para determinar remunerações iguais para trabalho de igual valor, contribuindo assim para a não discriminação de género em empregos futuros;
- Assegurando a qualidade da formação e recrutamento dum número adequado de mulheres professoras;
- Partilhando boas práticas internacionais em estratégias para inscrever e manter as meninas na escola.



Um encontro de futebol entre duas equipas de adolescentes, um gesto simbólico que mostra “cartão vermelho ao trabalho infantil” no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, Genebra, 12 de junho de 2006.



Escola Primária em parceria com IPEC, Dar es Salaam, Tanzânia.



SELEÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA OIT SOBRE GÊNERO E TRABALHO INFANTIL

- Abu Gayaleh, Kawther et al. 2004. Gender, education and child labour in Egypt, (ILO-IPEC, Geneva).
- All China Federation of Trade Unions, 2006. Study on Wage-Setting, (ILO, Beijing).
- Amorim, Anita, Badrinath, Sandhya & Murray, Una, 2005. Gender equality and child labour: A participatory tool for facilitators, (ILO-IPEC, Geneva).
- Amorim, Anita, Murray, Una & Rai, Pallavi, 2005. Bibliographie selective annotée sur les filles et le travail des enfants: une approche genre, (ILO-IPEC, Geneva).
- Battyány, Karina, 2003. Cuidado infantil y trabajo: ¿un desafío exclusivamente femenino?; Una mirada desde el género y la ciudadanía social, (Cinterfor/ILO, Santiago).
- Carcedo, Ana et al., 2004. Una Mirada de Género al trabajo infantil doméstico, (ILO-IPEC, Geneva).
- Chinese National Statistical Office, 2004. Report of National Child Labour Survey 2002-2003. (ILO Beijing)
- Ferracini, M.C., 2007. Passaporte para a liberdade: Um guia para as brasileiras no exterior, (ILO Brasília).
- Haspels, Nelien, Suriyasarn, Busakorn, 2003. Promotion of gender equality in action against child labour and trafficking: A practical guide for organizations, (ILO-IPEC, Geneva).
- ILO, 2004. Commercial sexual exploitation and masculinity, (ILO-IPEC, Geneva).
- ILO, 2004. Rapid assessment of trafficking in children for labour and sexual exploitation in Moldova.
- ILO, 2004. Helping hands or shackled lives? Understanding child domestic labour and responses to it, (ILO-IPEC, Geneva).
- ILO, 2005. Gender Issues related to working street children in Bucharest: A Rapid Assessment, (ILO-IPEC Geneva).
- ILO, 2005. Good practices and lessons learned on child and adolescent domestic labour in Central America and the Dominican Republic: A gender perspective, ILO-IPEC, (Costa Rica).
- ILO, 2005. Manual de capacitación para profesionales de la industria turística sobre la prevención y protección de niñas, niños y adolescentes contra la explotación sexual comercial en México (ILO-IPEC, Geneva).
- ILO, 2006. Child labour and gender: A reading of the media in MERCOSUR, (Brasília).
- ILO, 2006. Gender equality and child labour: A participatory tool for facilitators, (Beirut).
- ILO, 2006. Guidelines on the design of direct action strategies to combat child domestic labour, ILO-IPEC, (Geneva).
- ILO, 2006. Trabajo infantil en la agricultura desde una perspectiva de género. Estudios de casos: Costa Rica, Guatemala, Nicaragua y República Dominicana, (ILO-IPEC, Geneva).
- ILO, 2007. Girls in Mining: Research Findings from Ghana, Niger, Peru and United Republic of Tanzania, GENDER/IPEC Working Paper, (Geneva).
- ILO, 2007. Guia para a Localização dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual Infanto-Juvenil ao Longo das rodovias Federais Brasileiras / Mapamento 2007, (Brasília).
- Khalidi, Aziza et al., 2004. Gender, education and child
- Khalidi, Aziza et al., 2004. Gender, education and child labour in Lebanon (ILO-IPEC, Geneva).
- Kolomiyets, Tetyana, 2004. Global child labour data review: a gender perspective, Girl child labour studies, vol. 3, (ILO-IPEC, Geneva).



ME Consulting LLC, 2006. Baseline survey on child labour in the informal sector in Ulaanbaatar and selected aimag and soum centers of Mongolia. (ILO, Beijing).

Mottaz, Margaret (ed.), 2004. Gender, education and child labour in Turkey (ILO-IPEC, Geneva).

Murray, Una, Bland, John & Amorim, Anita (eds). 2004. Girl child labour in agriculture, domestic work and sexual exploitation: rapid assessments, Philippines, Ghana, Ecuador, Girl child labour studies, vol. 1, (ILO-IPEC, Geneva).

Murray, Una, 2003. Good Practices: Gender mainstreaming in actions against child labour, (ILO-IPEC Geneva).

Murray, Una, 2004. Girl child labour in agriculture, domestic work and sexual exploitation: rapid assessments, Philippines, Ghana, Ecuador, Girl child labour studies, vol. 2, (ILO-IPEC, Geneva).

National University of Mongolia, Population Teaching and Research Center, 2002. Profile of working children at markets in Ulaanbaatar, (ILO, Beijing).

National University of Mongolia, Population Teaching and Research Center, 2005. Baseline survey on child and adult workers in informal gold and fluorspar mining, (ILO, Beijing).

National University of Mongolia, Population Teaching and Research Center, 2005. Baseline survey on child domestic workers in Mongolia, (ILO, Beijing).

Rinehart, Richard (ed.), 2007. "Hazardous child domestic work: A briefing sheet", (ILO-IPEC, Geneva).

Sornhaew, Chongcharoen & Chamorro, María José, 2007. Guidelines on the design of direct action strategies to combat child domestic labour, (ILO-IPEC, Geneva).

Van de Glind, Hans, 2005. Situation Analysis on Trafficking in Girls and Young Women for Labour Exploitation within China, (ILO, Beijing).



Bureau
Internacional
do Trabalho
Genebra

Bureau para a Igualdade de Género

Bureau Internacional do Trabalho

4, route des Morillons 1211 Genebra 22, Suíça

Tel. + 41 22 799 6730

Fax. + 41 22 799 6388

www.ilo.org/gender

gendercampaign@ilo.org

Programa Internacional para a

Eliminação do Trabalho Infantil

Bureau Internacional do Trabalho

4, route des Morillons 1211 Genebra 22, Suíça

Tel. + 41 22 799 8181

Fax. + 41 22 799 8781

www.ilo.org/ipecc

Esta brochura foi elaborada no âmbito da campanha de sensibilização da OIT "Igualdade de Género no Coração do Trabalho Digno". Para mais informação sobre outros temas da OIT abordados nesta campanha de promoção da igualdade de género, contacte-nos através do email: gendercampaign@ilo.org

B R A S I L



ABC Agência Brasileira
de Cooperação

A tradução portuguesa e edição digital tiveram o apoio do Projeto RAF/05/10/BRA, financiado pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC.